



RURALISMO, EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PARAÍBA: A ESCOLA PROFISSIONAL PRESIDENTE JOÃO PESSOA E O PROFESSOR SIZENANDO COSTA EM 1930

Gabriel Alves do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)
Endereço Eletrônico: gabrielmov.revolucao@gmail.com

Charliton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)
Endereço Eletrônico: charliltonlara97@gmail.com

Vanusa Nascimento Sabino Neves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)
Endereço Eletrônico: pbvanusa@gmail.com

2737

INTRODUÇÃO

Este estudo nasceu no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR – GT/PB, na Linha “História Intelectual, e dos Intelectuais, (Auto)Biografias e Estudos de Gênero”, sob a orientação do professor Charliton José dos Santos Machado. É fruto de anos de pesquisa sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), germinada ainda na graduação em Pedagogia – Educação do Campo (2015-2020), perfazendo a graduação e agora o Mestrado em Educação (2020-2022), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de História da Educação.

Nosso objetivo é apresentar a Escola Profissional Presidente João Pessoa através do ideário ruralista do intelectual e Professor Sizenando Costa. Pindobal, como é popularmente conhecida, é criada através do Decreto 1.606, de 14 de novembro de 1929, e regulamentada pelo Decreto 1.672, de 10 de junho de 1930.

A problemática desta pesquisa gira em torno da seguinte pergunta: De que maneira o ideário ruralista de Sizenando Costa influenciou na criação de Pindobal? Administrada pelo estado paraibano, essa instituição é concebida para conter os “menores delinquentes”, “transviados”, “anormais” e “incorrigíveis”, crianças e adolescentes do sexo masculino pretos e pobres, oficialmente com idades entre 12 e 18 anos de idade.

Para alcançar o objetivo proposto e a problemática vislumbrada, utilizamos elementos da História das Instituições Rurais (NAGLE, 2001), compreendendo o



movimento ruralista nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, vamos ao encontro do ideário de Escola Rural (COSTA, 1941) como estratégias da elite dirigente de controle dos sujeitos desviantes, daqueles que passam a ser tratados como menores de idade, delinquentes e transviados (MORAES, 2000); (SOUZA, 2014).

METODOLOGIA

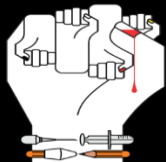
O caminho metodológico que percorremos é de caráter documental, buscamos, através das páginas da Imprensa – na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) – e do Decreto de criação da instituição, elementos constitutivos que tragam à baila os motivos que fizeram com que Pindobal fosse criada. A postura teórica-metodológica utilizada para este estudo é o Paradigma Indiciário (GINZBURG 2007). Almejamos visualizar, de forma singular, a história de uma instituição específica – Pindobal –, acreditando que, ao desvelar as práticas desta instituição, colaboramos com os contornos de uma narrativa repleta de significados, balizada no movimento da vida social, percebendo as contradições da sociedade paraibana no início do século XX.

A utilização do Paradigma Indiciário é um “[...] novo alento à disputa incontornável entre esse modelo epistemológico e o método galileano – em sua modalidade positivista e tecnicista – que cada vez mais tem se tornado o esteio da nova ordem mundial”. (TFOUNI; PEREIRA; MILANEZ, 2018, p. 9). Buscamos observar, de maneira singular, a Escola Profissional Presidente João Pessoa através de sua intencionalidade, para que possamos auxiliar na formulação de hipóteses sobre os reais motivos que fizeram com que Pindobal fosse criada na Paraíba, no período de 1930.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) está localizada em uma comunidade do campo, no município de Mamanguape, na Paraíba. Criada em 1930, através do Decreto 1.672, de 10 de junho de 1930, essa instituição exerce, de forma prática, aquilo que o ideário republicano do período de 1930 tratou de pensar para as instituições públicas que versavam sobre a educação e o trabalho compulsório. O Estado brasileiro, para atender à infância e à adolescência masculina desvalida, cria discursos e estratégias de fomento do trabalho compulsório, em seu sentido formativo, capaz de “regenerar” aqueles sujeitos vistos como um problema social, em justaposição a um Estado Novo, rumo ao progresso nacionalista.

2738



[...] a política de nacionalização do início dos anos 1930 no Brasil e do período subsequente, denominado Estado Novo, estava comprometida com um projeto que visava, entre outras coisas, à regeneração social e à recondução dos sujeitos a uma postura de identificação com determinados paradigmas de brasilidade. [...] (SOUZA, 2014, p. 401).

A austeridade provocada por esse período adentra todas as instituições e, em especial, as escolas públicas; Pindobal não é a única instituição que fomenta o controle dos corpos e dos sentidos. Arriscamos dizer que a instituição educativa seria a mais importante do Estado Novo, pois, “[...] já que nesse espaço o sujeito em sua fase impressionável – a infância, a adolescência e a juventude – se vê absorvido completamente por mecanismos controladores de sua personalidade em formação.” (SOUZA, 2014, p. 407).

Segundo o Decreto 1.672, de 10 de junho de 1930, Pindobal deveria funcionar em regime de internato, com frequência obrigatória às aulas, aos exercícios físicos e militares e ao trabalho prático, compreendendo o último como agricultura, pecuária, oficinas, máquinas e todo e qualquer trabalho que fosse direcionado para o interno. O seu horário compreendia 4 (quatro) horas de trabalho para os alunos de 12 a 14 anos e 6 (seis) horas de trabalho para os de 15 a 18 anos. Os trabalhos práticos eram obrigatórios, inclusive no período de férias escolares, estabelecido pelo calendário da Instrução Pública.

É a partir do regimento que passamos a visualizar os contornos da institucionalização dos castigos corporais, das práticas militares do enfileiramento e do agrupamento. Ao percorrer todos os ambientes, é possível visualizar o regime de austeridade e de total controle através dos guardas. Pindobal, assim como outras instituições brasileiras, vivenciava o controle do estado republicano de Vargas para os desvalidos. Assim, o regimento interno apresenta-nos o ponto de vista dos tutores do Estado. A pouca remuneração após muitas horas de trabalho, as condições de ordem e monitoramento constantes, forjaram uma criança e um adolescente que, certamente, criaram estratégias de fuga dessa realidade.

Nesse período, é germinado aquilo que Nagle (2001) intitula de “ideologia ruralista”, sendo necessária a construção de instituições de instrução que atendessem a essa ideologia. Por esse motivo, são criados, em todo o Brasil, os Centros Agrícolas, Patronatos, Internatos e Instituições Correcionais Agrícolas, com o intuito de formar uma sociedade mais propensa ao trabalho no campo. A educação sempre exerceu, ao longo dos séculos, o poder controlador de criar comportamentos, e, nesse período, não



seria diferente. Um dos principais expoentes desse ideário Ruralista e Escolanovista, na Paraíba, é o primeiro diretor de Pindobal, o professor Sizenando Costa, que, através de sua obra, intitulada: A Escola Rural (COSTA, 1941), elabora uma espécie de manual para a criação dessas instituições. Para Costa:

[...] O menino da cidade, diferentemente daquele dos meios ruraes, tem sua profissão futura restricta às artes, às indústrias, ao commercio, à burocracia e às carreiras scientificas. Há, entretanto, pequenas indústrias de uma utilidade indiscutível e de fácil applicação nas escolas primarias da capital. [...] (BRASIL, 1926, p. 83).

2740

O discurso de Sizenando Costa deixa evidente a sua intenção e a sua relação com o ensino rural, apresentando, inclusive, um projeto ao presidente João Suassuna, antecessor do Presidente João Pessoa, o que é possível verificar nos relatórios dos presidentes brasileiros, em 1926. A definição do projeto não está clara em seu relatório, mas poderíamos utilizar como hipótese central que seria Pindobal.

É perceptível a vontade de Sizenando Costa em desenvolver “escolas mais úteis” voltadas para o mundo do trabalho, em especial, ao meio rural, para a formação de um tipo de geração de “homens práticos e ativos”. E é justamente sobre essa ideologia ruralista que se assentam as suas ideias na Paraíba. “No dia 16 [janeiro] tomou posse da propriedade de Pindobal (Mamanguape), onde será instalado um aprendizado agrícola para menores delinquentes e abandonados, o professor Sizenando Costa, nomeado para exercer esse cargo.” (CARTA DA PARAHYBA..., 1930, p. 8, grifos nossos).

CONCLUSÃO

Dessa forma, a Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) é criada na Paraíba de 1930 como uma instituição destinada ao Ensino Agrícola e ao trabalho compulsório aos desviantes. É através do ideário do Professor Sizenando Costa de ruralização que Pindobal é pensada. Sizenando Costa é uma figura singular, pois é através dele que o Ensino Rural na Paraíba passa a ter abrangência e passa a ser exercido através das práticas de Pindobal; é partir da concepção de que a criança rural teria inclinação para o trabalho no campo.

Sizenando Costa pensou uma ideia de instituição e de sociedade campesina, pautada no trabalho agrícola, que germina na sociedade paraibana a criação de instituições de trabalho compulsório, a exemplo da Escola Profissional João Pessoa (Pindobal). Por fim, é possível identificar fortes indícios entre a concepção ruralista de

Realização:



Apoio:





Sizenando Costa e sua atuação como o primeiro diretor de Pindobal e a própria prática da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalho. Ruralismo. Pindobal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PB):** Ensino Profissional. João Pessoa, 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720445&pagfis=1627>. Acesso em 25 jan. 2022.

CARTA DA PARAHYBA. **O Paiz**, 7 fev, Rio de Janeiro: 1930, p. 08. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/360. Acesso em: 25 jan 2022.

COSTA, Sizenando. **A Escola Rural**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

DECRETO n 1.672, de 10 de junho de 1930. **A União**, João Pessoa, p. 6, 11 jun. 1930.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAES, Carmen Sylvia Vidiga. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação, ANPED**, São Paulo, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DPA, 2001

SOUZA, Rogério Luiz. A arte de disciplinar os sentidos: o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2014, v. 19, n. 57, p.399-416.

TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. Análise Indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (Org). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p.121-148.

2741